

Queiroz Galvão S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Voluntários da Pátria, 89 - 5º andar
Salas 503 e 504 - Botafogo (RJ) Brasil

T +55 21 3512-4100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Queiroz Galvão S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Queiroz Galvão S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Queiroz Galvão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo investida

Conforme mencionado na Nota explicativa 8, a Companhia possui investimento na controlada indireta Ecourbis Ambiental S.A. avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da investida, para o período findo em 31 de março de 2022, não foram concluídos até a presente data. Consequentemente, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao valor desse investimento e o resultado de equivalência patrimonial por ele produzido para o período findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 e para as demonstrações contábeis, as quais indicam que a Companhia apresenta capital circulante negativo e prejuízos acumulados no montante de R\$ R\$ 661.346 mil e 1.055.163, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorrentes de dificuldades encontradas nas suas operações. Esses fatores indicam e podem levar a existência de incerteza relevantes, que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

a) Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Caso tais operações tivessem sido efetuadas com terceiros, os valores de negociação poderiam ser diferentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

b) Procedimentos Sancionatórios

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17 às demonstrações contábeis, a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A. (Álya) tem sido alvo de investigações, processos administrativos e judiciais, especialmente no âmbito da operação denominada “Lava Jato”, conforme noticiado. No contexto dessa operação, alguns processos administrativos e judiciais foram instaurados, porém, até o momento, não houve qualquer decisão em tais processos que afetem a Companhia e as suas controladas e/ou seus representantes legais em sua capacidade de dar prosseguimento normal às atividades da Companhia.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e a controlada serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, exceto àquelas classificadas como riscos prováveis, devidamente contingenciadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

c) Tribunal de Contas da União - TCU

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17 (b) o TCU, em sessão plenária de julgamento do processo de acompanhamento de auditoria de conformidade de contratos, realizada em 22.03.2017, tendo como entidade fiscalizada a Eletrobrás Termonuclear S.A., proferiu acórdão, onde decidiu declarar a inidoneidade de 4 (quatro) das 7 (sete) empresas integrantes do consórcio contratado para construção e montagem eletromecânica da Usina Angra 3, dentre elas a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A (Álya), “para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na Administração Pública Federal.” A Álya havia interposto recurso denominado Pedido de Reexame, o qual, no entanto, fora denegado em 20 de março de 2019, tendo sido rejeitados, ainda, embargos de declaração face a essa decisão.

Assim, a controlada impetrou junto ao Supremo Tribunal Federal, em 11 de junho de 2019, mandado de segurança contra a decisão do TCU, tendo sido proferida liminar, em 8 de agosto de 2019, para suspender os efeitos da decisão do Tribunal de Contas da União até o julgamento final do mandado de segurança pelo STF. Em 30/03/2021, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal julgou, de forma definitiva, o Mandado de Segurança. Por maioria, o colegiado concedeu a ordem buscada no Mandado de Segurança para anular a condenação da Corte de Contas. Diante desta decisão, a sanção aplicada no caso de Angra não mais subsiste, garantindo à Álya a manutenção de sua plena capacidade de licitar e contratar com a Administração.

Por sua vez, no dia 30 de maio de 2018, nos autos do processo TC 013.383/2017-5, que guarda relação com a licitação para as obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima ("RNEST") no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A., o TCU declarou a inidoneidade da Áyla pelo prazo de 5 (cinco) anos para participar de licitação na Administração Pública Federal. Igualmente ao caso tratado no parágrafo acima, a ÁYLA apresentou Pedido de Reexame ao TCU, recebido por este Tribunal com efeito suspensivo e ainda pendente de julgamento. Considerando a pendência de julgamento de recurso, a sanção não opera qualquer efeito para a Áyla.

O Tribunal se pronunciou, ainda, nos autos do processo nº 036.694/2018-5 para declarar a inidoneidade da ÁYLA para participar de licitação promovida pela Administração Pública Federal pelo prazo de 3 (três) anos. Esse processo se vincula a licitações promovidas pela Petrobras para a realização de obras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR). Após a rejeição de Embargos de Declaração pelo TCU em 30 de abril de 2019, a ÁYLA apresentou, em 25 de junho de 2019, o chamado Pedido de Reexame, tendo sido deferido efeito suspensivo ao referido Pedido. Em julho de 2020, o Pedido de Reexame foi julgado desprovido pelo TCU. Contra essa decisão, a ÁYLA interpôs novos Embargos de Declaração, recurso com efeito suspensivo. Em 24/02/2021, o TCU levou a julgamento os Embargos de Declaração apresentados pela ÁYLA, tendo-os desprovido, encerrando o procedimento na seara administrativa. A partir disso, a ÁYLA ingressou com Mandado de Segurança junto ao STF, requerendo liminar para a suspensão da sanção, diante das diversas ilegalidades perpetradas pela Corte de Contas. Em 22/03/2021, em decisão monocrática do Min. Roberto Barroso, foi concedida a liminar pleiteada para suspender integralmente a penalidade. O mérito do Mandado de Segurança ainda não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Diante da decisão, a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU para o projeto REPAR não opera qualquer efeito, estando a ÁYLA apta a licitar e contratar com qualquer esfera da Administração.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e a controlada serão afetadas pelos resultados dos referidos processos e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos.

d) Controladoria Geral da União – CGU

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17 (c) a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A. foi parte requerida perante a CGU no Processo nº 00190.025830/2014-63 ("PAR"), onde sobreveio declaração de inidoneidade da ÁYLA. Tal decisão adveio do Processo Administrativo de Responsabilização que foi instaurado em 02/12/2014 com o propósito de apurar "suposto cometimento de ilicitudes concernentes ao pagamento de propina" presumidamente realizados pela ÁYLA "a funcionários/dirigentes da PETROBRAS, bem como do conluio entre empresas do mesmo ramo de atuação no contexto das licitações e contratos celebrados", supostamente ocorridas em período anterior a 2014.

A ÁYLA apresentou sua defesa em 25/04/2018, porém a CGU entendeu por bem rejeitar as alegações de defesa da ÁYLA e, em janeiro de 2020, propôs a declaração de inidoneidade da ÁYLA para participar de licitações promovidas pela Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993.

Em face desta decisão, a ÁYLA interpôs recurso administrativo (Pedido de Reconsideração), no qual postulou que a decisão fosse reconsiderada. Por fim, em maio de 2020 a ÁYLA ingressou na Justiça Federal do Distrito Federal com ação judicial contra a decisão da CGU, tendo obtido liminar para suspender os efeitos da decisão da CGU.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e a controlada serão afetadas pelos resultados dos referidos processos e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

e) Apresentação de demonstrações contábeis consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.(a) a Companhia não está apresentando nesse relatório demonstrações contábeis consolidadas. Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em separado, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, para propósito específico demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Queiroz Galvão S.A., as quais contemplam, identificadas como Controladora, todas as informações apresentadas nestas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

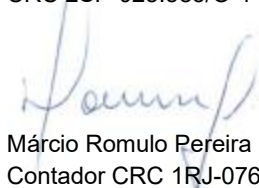
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Márcio Romulo Pereira
Contador CRC 1RJ-076.774/O-7

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Passivo	Nota	Controladora	
		31.12.2022	31.12.2021			31.12.2022	31.12.2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	4	7	72	Fornecedor		2.792	138
Imposto a compensar	5	-	6.533	Debêntures e financiamentos	10	658.940	463.913
Outras contas a receber	6	790	9.177	Obrigações fiscais, salários e encargos sociais	11	5.284	5.450
		<u>797</u>	<u>15.783</u>	Outras contas a pagar		<u>152</u>	<u>121</u>
						<u>667.168</u>	<u>469.622</u>
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	7	189.753	34.078	Debêntures e financiamentos	10	2.571.166	2.463.719
Depósitos Judiciais		282	-	Provisão para para perda em investimento	8.b	971.783	1.119.246
Outras contas a receber		198	-			<u>3.542.949</u>	<u>3.582.965</u>
Investimentos				Patrimônio líquido	12		
Controladas e coligadas	8.a	4.470.832	4.480.867	Capital social		1.235.000	1.235.000
Outros investimentos		207	206	Ações em tesouraria		(140.830)	(140.830)
Imobilizado	9	716	520	Ajuste de avaliação patrimonial		413.661	591.576
		<u>4.661.988</u>	<u>4.515.671</u>	Prejuízo acumulado		<u>(1.055.163)</u>	<u>(1.206.879)</u>
						<u>452.668</u>	<u>478.867</u>
Total do Ativo		<u><u>4.662.785</u></u>	<u><u>4.531.454</u></u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>4.662.785</u></u>	<u><u>4.531.454</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

QUEIROZ GALVÃO S.A.
Demonstrações dos Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora	
		31.12.2022	31.12.2021
Receitas (despesas) operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	8.c	638.688	271.150
Despesas administrativas	13	(104.220)	(82.664)
Depreciações	9	(131)	(84)
Despesas tributárias		(377)	(484)
Outros resultados operacionais	14	26.476	25.791
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>560.436</u>	<u>213.709</u>
Receitas financeiras	15	130	215
Despesas financeiras	15	<u>(408.850)</u>	<u>(152.447)</u>
Resultado financeiro		<u>(408.720)</u>	<u>(152.232)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>151.716</u>	<u>61.478</u>
Lucro por ação	12.c	<u>0,00014</u>	<u>0,00006</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

QUEIROZ GALVÃO S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora	
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Lucro líquido do exercício	151.716	61.478
Outros Resultados Abrangentes:		
Ajuste de avaliação patrimonial investidas	(107.363)	(25.859)
Ajuste de conversão de investimento no exterior	(70.553)	64.897
Resultado abrangente do exercício	<u>(26.200)</u>	<u>100.516</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

QUEIROZ GALVÃO S.A.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Resultado abrangente	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.235.000	(140.830)	552.538	(1.268.356)	378.352
Ajuste avaliação patrimonial - Investidas	8.c	-	-	(25.859)	-	(25.859)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	61.478	61.478
Ajuste de conversão de investimentos no exterior - investidas	8.c	-	-	64.897	-	64.897
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.235.000	(140.830)	591.577	(1.206.879)	478.867
Ajuste Avaliação Patrimonial - Investidas	8.c	-	-	(107.363)	-	(107.363)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	151.716	151.716
Ajuste de conversão de investimentos no exterior - investidas	8.c	-	-	(70.553)	-	(70.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.235.000	(140.830)	413.661	(1.055.163)	452.668

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

QUEIROZ GALVÃO S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora	
		31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		151.716	61.478
Ajustes por:			
Depreciação	9	131	84
Resultado de equivalência patrimonial	8.c	(638.688)	(271.150)
Variação monetária ativa	15	(135)	(248)
Encargos financeiros - empréstimos	15	380.384	149.296
Resultado do exercício ajustado		(106.592)	(60.540)
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Diminuição em impostos a compensar		6.668	9.638
Diminuição (aumento) em outras contas a receber		7.907	(269)
Aumento (diminuição) em partes relacionadas		(191.955)	95.712
Aumento (diminuição) em fornecedores		2.654	(518)
Aumento (diminuição) em salários, encargos e obrigações fiscais a pagar		(166)	(1.220)
Aumento (diminuição) em outras contas a pagar		31	(383)
Caixa proveniente das / (aplicado nas) operações		(281.452)	42.421
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	9	(327)	(262)
Operações com controladas	8.c	323.344	62.780
Recursos líquidos gerados das atividades de investimento		323.017	62.518
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Pagamentos de empréstimo / financiamento		(41.631)	(104.925)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento		(41.631)	(104.925)
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(67)	15
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		72	58
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		7	72
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(66)	15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional

1.1 – Objeto social

A Queiroz Galvão S.A. (QGSA ou Companhia) é uma holding de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 1998, como parte do amplo processo de reestruturação societária do Grupo Queiroz Galvão, novos planos estratégicos e de realinhamento das operações por áreas de negócios. Neste contexto a Companhia tem como atividade preponderante a participação como acionistas ou cotistas de outras empresas e o assessoramento e a administração de empresas.

Em AGE realizada em 31 de agosto de 1998, os acionistas aprovaram a incorporação ao patrimônio líquido de ações de propriedade dos subscritores em outras sociedades do mesmo Grupo Queiroz Galvão através de procedimento previsto na legislação brasileira denominada conversão de empresas existentes em subsidiárias integrais da sociedade por ações Queiroz Galvão S.A.; mediante incorporação de todas as ações daquelas ao patrimônio líquido desta.

1.1 Operações da Companhia:

As subsidiárias diretas da Queiroz Galvão S.A., e suas respectivas áreas de negócios são:

Álya Construtora S.A. (antiga Construtora Queiroz Galvão S.A.)

A Álya Construtora S.A. (antiga Construtora Queiroz Galvão S.A), desenvolve regularmente suas atividades, promovendo as operações financeiras e securitárias inerentes à natureza dos seus serviços, atuando na indústria da construção civil, preponderantemente, nos segmentos: metroviário, de usinas hidrelétricas e barragens, executando pontes, túneis, viadutos, construções portuárias, edifícios, estradas e serviços de montagem industrial.

Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. - QGDN

A Sociedade participa no capital de outras empresas objetivando desenvolver negócios nas áreas de concessões públicas de transportes (rodoviário e metroviário), energia, produtos agrícolas, cimentos, alimentos, siderurgia e infraestrutura e saneamento.

BS-3 S.A.

A BS-3 S.A. tem como objetivo social e específico a realização de investimentos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, realização de estudos e projetos de engenharia, e participação em consórcios. Atualmente a Sociedade ainda não exerce atividades operacionais.

VITAL Engenharia Ambiental S.A.

Fomentar a participação do Grupo Queiroz Galvão nas áreas de prestação de serviços ou concessões de serviços públicos de limpeza urbana, construção de aterros sanitários, e outros afins.

Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. - QGDI

Incrementar na Sociedade as atividades de compra e venda de imóveis, desmembramento e loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de imóveis destinados à venda.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ENAUTA Participações S.A.

Sociedade de capital aberto com participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados.

Queiroz Galvão Naval S.A.

Participação em sociedades que se dediquem substancialmente engenharia, construção, montagem, serviços de reparo de navios e outros produtos da área naval.

QGSEE Participações Ltda.

Participação em sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social envolva: a) a exploração da indústria de construção civil, inclusive de obras públicas; b) a importação, exportação, peças, equipamentos, bens e serviços ligados a obras de engenharia e construção civil; c) o comércio de materiais, bens e serviços de construção em geral.

Queiroz Galvão Empreendimentos Ltda.

Participação em mercado preponderantemente de empreendimentos imobiliários econômicos, com mais flexibilidade e agilidade.

ORBIS Ambiental S.A.

A Orbis, por seu turno, foca suas atividades na área de controle, operação, manutenção e funcionamento de aterro sanitário, atuando acessoriamente nas demais atividades.

ENGETEC Construções e Montagens S.A.

É uma sociedade de capital fechado, tem como objetivo as seguintes atividades: a) construção industrial e civil, e montagens industriais e civil, de obras públicas ou da iniciativa privadas, a compra, venda, importação e exportação de materiais, peças e equipamentos, ligados a essas atividades; b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; e c) participação em outras sociedades e consórcios, no Brasil e no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A Companhia não está apresentando nesse relatório demonstrações contábeis consolidadas. Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em separado, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, para propósito específico demonstrações contábeis e consolidadas da Queiroz Galvão S.A., as quais contemplam, identificadas como Controladora, todas as informações apresentadas nestas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pela Administração em 31 de março de 2023.

b) Continuidade

A Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possua recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e).

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real.

1. Transações e saldos em moedas estrangeira:

As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

Nas demonstrações contábeis, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.2 Novas normas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Alteração do IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros – A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice statements 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e erro – esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis. A partir de 1º. de janeiro de 2023.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro – Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

3 - Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Investimentos

Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial.

Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

e) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social (“CSLL”). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Provisões

(i) Geral

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(ii) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

g) Resultado básico por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

h) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalente de Caixa

	Controladora	
	31.12.2022	31.12.2021
a) Caixa e equivalente de Caixa		
Caixa	-	12
Depósitos bancários à vista	6	59
	6	71
b) Títulos e valores mobiliários		
Fundo de investimento – renda fixa (i)	1	1
	1	1
	7	72

- (i) As aplicações financeiras referem-se a instrumentos de renda fixa (operações compromissadas e CDBs), remunerados em média à taxa de 101% em 2022 e 105% em 2021 do CDI. Estes investimentos estão em instituições bancárias de primeira linha.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 - Impostos a Compensar

a) Detalhamento dos valores de impostos e contribuições a compensar:

Circulante	Controladora	
	31.12.2022	31.12.2021
IRRF a compensar (i)	-	552
IRPJ a recuperar	-	1
Crédito processo PIS/COFINS (ii)	-	5.980
	-	6.533

- i) IRRF a compensar – refere-se basicamente a Imposto Renda Retido na Fonte de juros sobre o capital próprio recebidos de sua investida Vital Engenharia Ambiental.
- ii) Refere-se a crédito de processo Transitado e Julgado, que discutiu a base de cálculo do PIS e da COFINS da Lei 9.718/98 na Companhia.

6 - Outras Contas a Receber

	Circulante	
	31.12.2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedor	620	2.228
Adiantamento funcionário	134	62
Cauções	36	36
Contas a receber	-	1.826
	790	4.152

7 - Partes Relacionadas

Os mútuos com empresas ligadas, não tem prazo definido e nem remuneração prevista. Os saldos oriundos de mútuos e transações com empresas ligadas são:

Empresas:	31.12.2022		31.12.2021	
	A pagar	A receber	A pagar	A receber
Álya Construtora	-	241.118	(20.629)	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento Negócios	-	46.445	-	-
Vital Engenharia Ambiental	-	714	-	714
Engetec Construções e Montagens	(187.567)	-	(21.331)	-
Estaleiro Atlântico Sul	-	588	-	-
BS-3	-	1	-	-
Adiantamento de dividendos	-	5.025	-	5.025
Queiroz Galvão Empreendimento	-	105	-	520
Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário	-	5.271	-	26.085
Queiroz Galvão Naval	-	78.053	-	48.719
	(187.567)	377.320	(41.960)	81.063

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2022	31.12.2021
A pagar	(187.567)	(41.960)
A receber	377.320	81.063
Total líquido	189.753	39.103

- i) A Álya Construtora no exercício de 2021 realizou reestruturação da sua dívida, efetuando a liquidação de R\$ 441.458 mil com terceiros através de dívida adquirida com a Companhia, no mesmo montante. Para liquidação da dívida da controlada junto a terceiros, a Companhia utilizou todo saldo a receber existente no exercício de 2021 com a controlada, registrada em partes relacionadas, para aumento do seu capital social.

Saldo a pagar para a controlada Álya	117.380
Saldo a receber da controlada Álya	(441.458)
Saldo utilizado para aumento de capital (<i>nota 8.a</i>)	(324.078)

- ii) Em 2022, a Companhia e coligadas realizaram amortizações extraordinárias nas dívidas com os credores do Acordo Global de reestruturação através dos recursos recebidos via mútuo. Foram reduzidos o valor das dívidas com os credores tendo como contrapartida as contas de partes relacionadas.

Remuneração da diretoria – QGSA

A Companhia possui Conselho de Administração, e sua remuneração global será fixada posteriormente à AGE de 07/11/2022, através de uma AGO. A Diretoria foi eleita em Ata de reunião do Conselho de Administração em 07/11/2022. Os diretores são todos empregados da Companhia e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regido pelas regras da CLT.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 - Participações em Sociedades Controladas e Coligadas

a) Movimentação do investimento:

Controladora	% Particip	Saldo em 31.12.2021	Dividendos	AAP	Resultado abrangente	Equivalência patrimonial	Provisão perda	Saldo em 31.12.2022
Álya Construtora S.A.	100%	1.289.862	-	12.639	(69.373)	95.923	-	1.329.051
Vital Engenharia Ambiental	30.65%	210.462	(31.355)	(129)	-	43.781	-	222.759
Orbis Engenharia Ambiental	30.65%	23.251	(8.490)	(153)	-	7.981	-	22.589
Engetec Const. Montagens	100%	299.633	-	(38.812)	-	247	-	261.068
Enauta Participações	63%	2.624.523	(283.500)	(503)	7.139	241.526	-	2.589.185
Queiroz Galvao Empreendimentos	100%	31.376	-	-	-	14.804	-	46.180
Queiroz Galvao Desenvolv. Negócios	100%	1.757	-	(28.227)	-	(54.425)	80.895	-
BS 3 S/A	100%	3	-	-	-	(3)	-	-
Total dos investimentos (a)		4.480.867	(323.345)	(52.178)	(8.319)	349.834	82.490	4.470.832
Queiroz Galvao Desenvolv. Negócios	100%	-	-	-	-	-	(80.895)	(80.895)
Queiroz Galvao Desenvolv. Imobiliário	100%	(1.028.382)	-	(52.177)	-	396.949	-	(683.610)
Queiroz Galvao Naval	100%	(79.323)	-	-	(8.319)	(106.291)	-	(193.933)
QGSEE Participações	100%	(11.541)	-	-	-	(1.804)	-	(13.345)
Provisão perda investimento (b)		(1.119.246)	-	(52.178)	(8.319)	288.854	(82.490)	(971.783)
Movimentação investimento (c)			(323.345)	(107.363)	(70.553)	638.688		

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	% Particip.	Saldo em 31.12.2020	Dividendos	Aumento de Capital	AAP	Resultado abrangente	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2021
Construtora Queiroz Galvão	100%	1.183.028	-	324.078	36.576	62.451	(316.271)	1.289.862
Vital Engenharia Ambiental	30.65%	213.365	(30.650)	.	(2.995)	-	30.742	210.462
Orbis Engenharia Ambiental	30.65%	18.035	-	.	(157)	-	5.373	23.251
Engetec Const. Montagens	100%	191.377	-	120.854	(178)	-	(12.421)	299.633
Enauta Participações	63%	1.735.950	(32.130)	.	6.456	4.175	910.072	2.624.523
Queiroz Galvao Empreendimentos	100%	29.588	-	.	(460)	-	2.248	31.376
Queiroz Galvao Desenvolv. Negócios	100%	93.856	-	68.465	(20.582)	-	(139.982)	1.757
BS 3 S/A		5	-	-	-	-	(2)	3
Total dos investimentos (a)		3.465.205	(62.780)	513.397	18.660	66.626	479.759	4.480.867
Queiroz Galvao Desenvolv. Imobiliário	100%	(814.406)	-	-	(45.203)	-	(168.773)	(1.028.382)
Queiroz Galvao Naval	100%	(42.459)	-	-	-	(1.687)	(35.177)	(79.323)
QGSEE Participações	100%	(7.523)	-	-	685	(43)	(4.659)	(11.540)
Provisão perda investimento (b)		(864.388)	-	-	(44.518)	(1.730)	(208.609)	(1.119.245)
Movimentação investimento (c)			(62.780)	513.397	(25.858)	64.896	271.150	

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 - Imobilizado

a) Movimentação do imobilizado

a) Imobilizado	Vida útil Estimada	Custo de aquisição em 2022			
		Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
Equipamentos de informática	10%	600	319	-	919
Outros imobilizados	10%	22	8	-	30
Total do custo de aquisição		622	327	-	949
Depreciação acumulada em 2022					
		Saldo inicial	depreciação	Baixas	Saldo final
		(96)	(127)	-	(223)
		(6)	(4)	-	(10)
Total do custo de aquisição		(102)	(131)	-	(233)
Total do imobilizado líquido		520		-	716

Controladora	Taxas	Custo de aquisição			Depreciação Acumulada	Saldo líquido 31.12.2021
		31.12.2020	Aquisição	31.12.2021		
Equipamentos de informática	10%	320	280	600	(96)	504
Outros imobilizados	10%	22	-	22	(6)	16
		342	260	622	(102)	520

10 - Debêntures e Financiamentos

Em outubro de 2019 o Grupo Queiroz Galvão concretizou a reestruturação de suas dívidas financeiras. No processo de reestruturação a Companhia assumiu dívidas de suas subsidiárias no valor de R\$ 1,7 bilhão, alongando o prazo por 18 anos, considerando um ano de carência de juros e início de amortização no segundo semestre de 2021, da mesma forma do alongamento de suas dívidas.

As modalidades CCB e Debêntures, fizeram parte de um processo de reestruturação financeira do Grupo. O prazo final para pagamento será em 2037.

Emissão	Modalidade	Encargos	31.12.2022		31.12.2021	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
CCB	C C B	130% CDI	43.509	90.980	29.466	98.358
1ª emissão – 1-2 série	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	37.861	-	35.218
2ª emissão – 1-10 série	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	137.756	-	128.138
3ª emissão – 1-10 série	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	72.386	-	67.332
4ª emissão - série única	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	21.253	-	19.770
6ª emissão – 1ª série	Debêntures	130% CDI	482.719	1.182.051	329.547	1.100.044
6ª emissão – 2ª série	Debêntures	130% CDI	121.397	296.286	95.957	320.309
6ª emissão – 3ª série	Debêntures	130% CDI	11.314	27.614	8.943	29.853
7ª emissão – série única	Debêntures	110% CDI	-	249.225	-	219.090
8ª emissão – série única	Debêntures	TR + 1%aa	-	252.838	-	247.220
9ª emissão – série única	Debêntures	TR + 1%aa	-	177.434	-	173.484
10ª emissão – série única	Debêntures	TR + 1%aa	-	25.471	-	24.903
			*658.940	2.571.166	463.913	2.463.718

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Conforme os contratos de reestruturação das dívidas, no exercício de 2023 está previsto o pagamento de juros e de principal.

11 - Obrigações Fiscais, Salários e Encargos Sociais

	31.12.2022	31.12.2021
Retenções e Impostos a Recolher	892	1.633
Obrigações s/ receitas financeiras	-	2
Salários e encargos sociais	827	887
Provisões trabalhistas	3.565	2.928
	<u>5.284</u>	<u>5.450</u>

12 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social subscrito e integralizado é representado por 1.020.291.386 (um bilhão e vinte milhões, duzentos e noventa e um mil, trezentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e 36.000.000 (trinta e seis milhões) ações preferenciais, ambas sem valor nominal equivalente a R\$ 1.235.000.

b) Ações em Tesouraria

A Companhia autorizou a recompra de ações ordinárias de sua emissão em 2007, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação.

c) Resultado por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro atribuído aos acionistas controladores	150.121	61.551
Quantidade de ações	1.056.291.386	1.056.291.386
Lucro/ Prejuízo por ação	0,00014	0,00006

13 - Despesas Administrativas

	Controladora	
	31.12.2022	31.12.2021
a) Despesas Administrativas		
Despesas c/ Pessoal	(60.256)	(58.022)
Despesas c/ Serviços Prestados	(38.703)	(22.384)
Despesas gerais	(5.261)	(2.258)
Total	<u>(104.220)</u>	<u>(82.664)</u>

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 - Outros Resultados Operacionais

Refere-se basicamente ao rateio de despesas de serviços corporativos compartilhados, no montante de R\$ 26.476 (R\$ 25.791 em 2021).

15 - Resultado Financeiro, líquido

	Controladora	
	31.12.2022	31.12.2021
Receitas Financeiras		
Variação cambial ativa	1	248
Outras receitas financeiras	135	3
Deduções sobre a receita financeira	(6)	(36)
	<u>130</u>	<u>215</u>
Despesas Financeiras		
Variação cambial passiva	(2)	(2)
Remuneração de debentures	(380.384)	(149.296)
Outras despesas financeiras	(28.464)	(3.149)
	<u>(408.850)</u>	<u>(152.447)</u>
Resultado Financeiro, líquido	<u>(408.720)</u>	<u>(152.232)</u>

16 - Gestão de Risco Financeiros

a) Considerações Gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo.

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

17 - Notícias Veiculadas

A Álya Construtora S.A. (“Álya”) foi objeto de notícias veiculadas em diversos meios de comunicação nos últimos anos relacionadas à processos administrativos e judiciais. Em razão disto, a Álya instaurou processos de investigações internas e externas, visando identificar eventuais descumprimentos e/ou inobservâncias à legislação aplicável às licitações públicas, as quais, não produziram qualquer resultado que aponte irregularidades deste gênero.

Por consequência das investigações das autoridades, alguns processos administrativos e judiciais foram instaurados, visando apurar eventuais irregularidades. Em sua maioria, os processos ainda estão em curso e a Álya vem exercendo legalmente seu direito de defesa e contribuindo com os esclarecimentos dos fatos. Alguns dos processos merecem o destaque abaixo:

a) TCU

O Tribunal de Contas da União, em sessão plenária de julgamento do processo de acompanhamento de auditoria de conformidade de contratos, realizada em 22.03.2017, relativa ao Processo N. TC 016.991/2015-0 e apensos TC 011.765/2012-7 e TC 017.445/2016-7, tendo como entidade fiscalizada a Eletrobrás Termonuclear S.A., proferiu acórdão, onde decidiu declarar a inidoneidade de 4 (quatro) das 7 (sete) empresas integrantes do consórcio contratado para construção e montagem eletromecânica da Usina Angra 3, dentre elas a Álya, “para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na Administração Pública Federal.”

A Álya impetrou junto ao Supremo Tribunal Federal, em 11 de junho de 2019, mandado de segurança contra a decisão do TCU, tendo sido o pedido liminar concedido em 8 de agosto de 2019 para manter a suspensão dos efeitos jurídicos da decisão do Tribunal de Contas da União até o julgamento final do mandado de segurança pelo STF. Em 30/03/2021, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal julgou, de forma definitiva, o Mandado de Segurança interposto contra a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU no caso de Angra 3. Por maioria, o colegiado concedeu a ordem buscada no Mandado de Segurança para anular a condenação da Corte de Contas.

Diante desta decisão, a sanção aplicada no caso de Angra não mais subsiste, garantindo à Álya a manutenção de sua plena capacidade de licitar e contratar com a Administração.

Por sua vez, no dia 30 de maio de 2018, nos autos do processo TC 013.383/2017-5, que guarda relação com a licitação para as obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima (“RNEST”) no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A., o TCU declarou a inidoneidade da ÁYA pelo prazo de 5 (cinco) anos para participar de licitação na Administração Pública Federal, bem como em certames promovidos por estados e municípios cujos objetos sejam custeados mediante recursos federais repassados por força de instrumentos de repasses pactuados. Igualmente ao caso tratado no parágrafo acima, a Álya apresentou Pedido de Reexame ao TCU, recebido por este Tribunal com efeito suspensivo e ainda pendente de julgamento. Considerando a pendência de julgamento de recurso, a sanção não opera qualquer efeito para a Álya.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Tribunal se pronunciou, ainda, nos autos do processo nº 036.694/2018-5 para declarar a inidoneidade da Álya para participar de licitação promovida pela Administração Pública Federal pelo prazo de 3 (três) anos, bem como por entes estaduais ou municipais onde haja repasse de recursos federais através da formalização de instrumentos de repasse com a entidades públicas envolvidas nos certames. Esse processo se vincula a licitações promovidas pela Petrobras para a realização de obras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR).

Contra essa decisão da Corte de Contas, a Álya ingressou com Mandado de Segurança junto ao STF, requerendo liminar para a suspensão da sanção, diante das diversas ilegalidades perpetradas pela Corte de Contas.

Em 22/03/2021, em decisão monocrática do Min. Roberto Barroso, foi concedida a liminar pleiteada para suspender integralmente a penalidade. Em 22 de junho de 2022, o mérito do Mandado de Segurança foi julgado, tendo sido concedida a ordem para anular o ato coator (decisão do TCU), tornando sem efeito a declaração de inidoneidade.

Diante da decisão, a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU para o projeto REPAR não opera qualquer efeito, estando a Álya apta a licitar e contratar com qualquer esfera da Administração.

b) CGU

A Álya foi parte requerida perante a Controladoria Geral da União (“CGU”) no Processo nº 00190.025830/2014-63 (“PAR”), onde sobreveio declaração de inidoneidade da Álya.

Tal decisão adveio do Processo Administrativo de Responsabilização que foi instaurado em 02/12/2014 com o propósito de apurar supostas condutas presumidamente ocorridas em período anterior a 2014 no contexto das licitações e contratos celebrados com a Petrobras.

A Álya apresentou sua defesa em 25/04/2018. Porém, a CGU entendeu por bem rejeitar as alegações de defesa da Álya e, em janeiro de 2020, propôs a declaração de inidoneidade da Álya para participar de licitações promovidas pela Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993.

Em face desta decisão, a Álya interpôs recurso administrativo (Pedido de Reconsideração), no qual postulou que a decisão fosse reconsiderada tendo em vista as falhas incorridas pela Comissão na condução do processo, nas conclusões insertas em seu Relatório Final e apontando a prescrição administrativa. Novamente a CGU rejeitou as alegações da Álya.

Em maio de 2020, a Álya ingressou na Justiça Federal do Distrito Federal com ação judicial contra a decisão da CGU, tendo obtido liminar para suspender os efeitos da decisão da CGU. A citada ação encontra-se em fase de instrução, sem qualquer decisão senão a informada liminar acima.

A decisão da CGU, portanto, não possui eficácia e não gera qualquer impacto nos negócios em curso: execução dos contratos e celebração de aditivos contratuais. Assim, a Álya permanece apta a participar de licitações e contratar com a Administração Pública.

É importante destacar que as atividades da Álya não são diretamente afetadas pelas decisões supramencionadas, estando a Álya apta e participando regularmente de licitações. Os contratos celebrados e vigentes, inclusive com a Administração Pública, igualmente não sofrem qualquer descontinuidade em sua execução, nem tampouco, é atingida a capacidade de seus representantes legais de darem regular continuidade aos negócios e operações da Companhia e de suas controladas.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19- Programa de Compliance

No ano de 2022, de acordo com a governança interna do Programa de Compliance, foram apresentados ao Conselho de Administração da QGSA os Relatórios Semestrais com as atividades, estatísticas e indicadores do Programa nas empresas do Grupo Queiroz Galvão, garantindo, assim, a transparência e efetividade das ações realizadas e o contínuo comprometimento da alta direção do Grupo.

O Grupo dedicou-se, ainda, à melhoria contínua do seu Programa de Compliance, através da capacitação de novos agentes de compliance e da implementação do calendário de treinamentos e do Ciclo de Palestras 2022. O Ciclo de Palestras contou com temas de grande relevância à efetividade do Programa e abordou no período palestras específicas sobre “Integridade no Setor Público”; “Canal de Denúncias” e “Assédio moral/Sexual e Discriminação”, proferidas por representante do Ministério de Infraestrutura, sócio da Deloitte - operadora dos canais de denúncia do Grupo -, e por especialista no tema, respectivamente, encerrando o ciclo com a realização de um debate sobre Tomada de Decisão Ética que abordou situações e dilemas éticos do dia a dia dos colaboradores.

Cumprir destacar que, em dezembro de 2022, a Engetec Construções e Montagens S.A. (“Engetec”) recebeu o Selo Fomento Infra + Integridade, prêmio concedido pelo Ministério de Infraestrutura (MInfra) às empresas do setor que possuem práticas de governança com fomento à ética e à transparência, em verdadeira demonstração de eficácia de seu Programa de Compliance, tendo, para tanto, aderido ao Pacto pela Ética, Integridade e Sustentabilidade do referido Ministério.

Ademais, a Engetec formalizou sua associação ao Instituto Ethos, cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Do mesmo modo, essa empresa figura como signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção, assim como da Carta Compromisso do Movimento Empresarial pela Integridade e Transparência, ambos do mesmo Instituto Ethos.

Recentemente, a Engetec concretizou, ainda, sua adesão ao MISEC – Movimento pela Integridade do Setor de Engenharia e Construção, que busca a transformação do setor de Engenharia e Construção com boas práticas de Compliance e integridade, fomentando, dessa forma, ações junto a cadeia de valor do segmento.

Por sua vez, a Vital Engenharia Ambiental S.A., por meio de sua participação no Comitê de Integridade do IBRIC – Instituto Brasileiro de Autorregulação no Setor de Infraestrutura, participou do desenvolvimento do Programa de Integridade Setorial, que se constitui em importante ferramenta de apoio às empresas do setor de infraestrutura na estruturação de seus programas de integridade com base nas melhores práticas de mercado.

No mês de outubro, foi realizado o Encontro Anual da Equipe de Compliance, onde gestores, colaboradores e Agentes de Compliance das empresas do Grupo Queiroz Galvão puderam compartilhar suas experiências, desafios, ideias e sugestões para o ano de 2023, visando incrementar a integração entre as diversas empresas e contribuir para que os negócios e operações do Grupo possam se desenvolver de forma cada vez mais ética e transparente.

Em novembro, foi realizada nas diversas empresas do Grupo a Pesquisa Anual de Percepção de Compliance, cuja finalidade é conhecer a visão de todos os colaboradores sobre o Programa de Compliance e obter sugestões para o seu aperfeiçoamento, auxiliando na programação das atividades de 2023, especialmente as de comunicação e treinamento.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao término do ano de 2022, foi lançado o “Programa Compliance – Você faz a diferença!”, com o objetivo de incentivar a cultura de integridade através do reconhecimento de boas práticas e ações excepcionais alinhadas aos valores da empresa, ao Código de Ética e às Políticas da Companhia. A ideia é premiar os colaboradores e colaboradoras que se destacarem no engajamento em questões éticas e atitudes extraordinárias.

Finalmente, cabe mencionar a evolução das iniciativas relacionadas ao aprimoramento dos programas de compliance nos demais negócios do Grupo Queiroz Galvão, com destaque para Timbaúba S.A. e a Concessionária Rodovia dos Tamoios, onde foram promovidas diversas ações voltadas à disseminação e divulgação do Programa, à gestão de riscos de integridade em relação aos seus negócios com o propósito da efetividade e melhoria contínua deste importante pilar do Programa de Compliance e à implementação de plano de ação decorrente da realização de diagnósticos e auditorias de avaliação do grau de aderência dos processos internos às regras do programa.

20- Transações não caixa

Conforme nota explicativa nº 7, em 2022 a Companhia e coligadas realizaram amortizações extraordinárias nas dívidas com os credores do Acordo Global de reestruturação através dos recursos recebidos via mútuo, nos montantes de R\$ 36.280 conforme demonstrado abaixo. Foram reduzidos o valor das dívidas com os credores tendo como contrapartida as contas de partes relacionadas.

Empresa	Valor
QGDN	32.603
Alya	3.677
Total	36.280

* * *